PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Diretoria de Assuntos Legislativos

Mensagem nº 01/25

Proc. nº 3551009.401.00005314/2023-34

Senhor Presidente

Encaminhamos para análise dessa Câmara Municipal substitutivo ao Projeto de Lei remetido pela Mensagem nº 22/24, que proíbe a guarda de veículos em vias públicas do Município de São Vicente e dá outras providências.

Pelo exposto, tendo em vista a relevância da matéria, solicitamos que sua apreciação ocorra com a urgência prevista no art. 57 da Lei Orgânica do Município.

Ao ensejo, renovamos a V.Exa. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

KAYO AMADO

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Vereador Wagner Cabeça

DD. Presidente da Câmara Municipal.

São Vicente - SP

Câmara Municipal de São Vicente
Gabinete da Presidência
Recebido por:
Em: 08/01/25 às 15:01

PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO Nº ____AO PROJETO DE LEI Nº ____

Revoga legislações municipais referentes a trânsito e estacionamento de caminhões no Município de São Vicente.

Proc. nº 3551009.401.00005314/2023-34

Art. 1º Ficam revogadas as seguintes legislações municipais:

I. Lei nº 32-A, de 05 de julho de 1991;

II. Lei nº 1104-A, de 08 de maio de 2002;

III. Lei nº 1380-A, de 17 de dezembro de 2003;

IV. Lei nº 1442-A, de 19 de maio de 2004;

V. Lei nº 1533-A, de 08 de abril de 2005;

VI. Lei nº 1552-A, de 03 de junho de 2005;

VII. Lei nº 1889-A, de 22 de junho de 2007;

VIII. Lei nº 1911-A, de 13 de julho de 2007;

IX. Lei nº 1980-A, de 09 de abril de 2008;

X. Lei nº 1996-A, de 04 de junho de 2008;

XI. Lei nº 2003-A, de 13 de junho de 2008;

XII. Lei nº 2006-A, de 20 de junho de 2008;

XIII. Lei nº 2026-A, de 19 de setembro de 2008;

XIV. Lei nº 2035-A, de 17 de outubro de 2008;

XV. Lei nº 2041-A, de 19 de novembro de 2008;

XVI. Lei nº 2067-A, de 23 de dezembro de 2008;

XVII. Lei nº 2074-A, de 23 de dezembro de 2008;

XVIII. Lei nº 2098-A, de 03 de abril de 2009;

XIX. Lei nº 2108-A, de 15 de abril de 2009;

XX. Lei nº 2126-A, de 22 de maio de 2009;

XXI. Lei nº 2127-A, de 22 de maio de 2009;

XXII. Lei nº 2128-A, de 22 de maio de 2009;

XXIII. Lei nº 2153-A, de 03 de julho de 2009;

XXIV. Lei nº 2155-A, de 03 de julho de 2009;

XXV. Lei nº 2156-A, de 03 de julho de 2009;

XXVI. Lei nº 2172-A, de 08 de julho de 2009;

XXVII. Lei nº 2173-A, de 08 de julho de 2009;

XVIII. Lei nº 2185-A, de 22 de julho de 2009;

XXIX. Lei nº 2232-A, de 16 de outubro de 2009;

XXX. Lei nº 2237-A, de 21 de outubro de 2009;

XXXI. Lei nº 2255-A, de 19 de novembro de 2009;

XXXII. Lei nº 2256-A, de 25 de novembro de 2009;

XXIII. Lei nº 2263-A, de 02 de dezembro de 2009;

XXIV. Lei nº 2270-A, de 09 de dezembro de 2009;

XXXV. Lei nº 2272-A , de 09 de dezembro de 2009;

XXVI. Lei nº 2281-A, de 16 de dezembro de 2009;

XXVII. Lei nº 2310-A, de 13 de janeiro de 2010;

XVIII. Lei nº 2314-A, de 13 de janeiro de 2010;

XXIX. Lei nº 2315-A, de 13 de janeiro de 2010;

XL. Lei nº 2342-A, de 07 de abril de 2010;

XLI. Lei nº 2353-A, de 14 de abril de 2010;

XLII. Lei nº 2355-A, de 14 de abril de 2010;

XLIII. Lei nº 2359-A, de 14 de abril de 2010;

XLIV. Lei nº 2366-A, de 05 de maio de 2010;

XLV. Lei nº 2400-A, de 11 de junho de 2010;

XLVI. Lei nº 2413-A, de 25 de junho de 2010;

XLVII. Lei nº 2415-A, de 25 de junho de 2010;

XLVIII. Lei nº 2416-A, de 25 de junho de 2010;

XLIX. Lei nº 2449-A, de 14 de julho de 2010;

L. Lei nº 2454-A, de 14 de julho de 2010;

LI. Lei nº 2455-A, de 14 de julho de 2010;

LII. Lei nº 2501-A, de 05 de novembro de 2010;

LIII. Lei nº 2511-A, de 26 de novembro de 2010;

LIV. Lei nº 2512-A, de 26 de novembro de 2010;

LV. Lei nº 2514-A, de 26 de novembro de 2010;

LVI. Lei nº 2518-A, de 01 de dezembro de 2010;

LVII. Lei nº 2528- A, de 08 de dezembro de 2010;

LVIII. Lei nº 2533-A, de 08 de dezembro de 2010;

LIX. Lei nº 2543-A, de 17 de dezembro de 2010;

LX. Lei nº 2562-A, de 02 de março de 2011;

LXI. Lei nº 2577-A, de 16 de março de 2011;

LXII. Lei nº 2581-A, de 06 de abril de 2011;

LXIII. Lei nº 2583-A, de 06 de abril de 2011;

LXIV. Lei nº 2602-A, de 06 de maio de 2011;

LXV. Lei nº 2604-A, de 06 de maio de 2011;

LXVI. Lei nº 2605-A, de 06 de maio de 2011;

LXVII. Lei nº 2609-A, de 20 de maio de 2011;

XVIII. Lei nº 2610-A, de 20 de maio de 2011;

LXIX. Lei nº 2611-A, de 20 de maio de 2011;

LXX. Lei nº 2612-A, de 20 de maio de 2011;

LXXI. Lei nº 2614-A, de 20 de maio de 2011;

LXXII. Lei nº 2623-A, de 27 de maio de 2011;

XXIII. Lei nº 2626-A, de 27 de maio de 2011;

XXIV. Lei nº 2631-A, de 27 de maio de 2011;

LXXV. Lei nº 2633-A, de 27 de maio de 2011;

XXVI. Lei nº 2644-A, de 17 de junho de 2011;

XXVII. Lei nº 2660-A, de 01 de julho de 2011;

XVIII. Lei nº 2661-A, de 01 de julho de 2011;

XXIX. Lei nº 2662-A, de 01 de julho de 2011;

LXXX. Lei nº 2676-A, de 20 de julho de 2011;

XXXI. Lei nº 2677-A, de 20 de julho de 2011;

XXXII. Lei nº 2678-A, de 20 de julho de 2011;

XXIII. Lei nº 2679-A, de 22 de julho de 2011;

XXIV. Lei nº 2680-A, de 22 de julho de 2011;

XXXV. Lei nº 2681-A, de 22 de julho de 2011;

XXVI. Lei nº 2682-A, de 22 de julho de 2011;

XXVII. Lei nº 2683-A, de 22 de julho de 2011;

XVIII. Lei nº 2684-A, de 22 de julho de 2011;

XXIX. Lei nº 2685-A, de 22 de julho de 2011;

XC. Lei nº 2696-A, de 09 de setembro de 2011;

XCI. Lei nº 2710-A, de 07 de outubro de 2011;

XCII. Lei nº 2711-A, de 07 de outubro de 2011;

XCIII. Lei nº 2724-A, de 21 de outubro de 2011;

XCIV. Lei nº 2742-A, de 18 de novembro de 2011;

XCV. Lei nº 2755-A, de 30 de novembro de 2011;

XCVI. Lei nº 2763-A, de 09 de dezembro de 2011;

XCVII. Lei nº 2764-A, de 09 de dezembro de 2011;

XCVIII. Lei nº 2765-A, de 09 de dezembro de 2011;

XCIX. Lei nº 2766-A, de 09 de dezembro de 2011;

C. Lei nº 2767-A, de 09 de dezembro de 2011;

CI. Lei nº 2770-A, de 09 de dezembro de 2011;

CII. Lei nº 2784-A, de 21 de dezembro de 2011;

CIII. Lei nº 2785-A, de 21 de dezembro de 2011;

CIV. Lei nº 2786-A, de 21 de dezembro de 2011;

CV. Lei nº 2789-A, de 21 de dezembro de 2011;

CVI. Lei nº 2798-A, de 22 de dezembro de 2011;

CVII. Lei nº 2799-A, de 22 de dezembro de 2011;

CVIII. Lei nº 2814-A, de 02 de março de 2012;

CIX. Lei nº 2815-A, de 02 de março de 2012;

CX. Lei nº 2825-A, de 23 de março de 2012;

CXI. Lei nº 2826-A, de 23 de março de 2012;

CXII. Lei nº 2827-A, de 23 de março de 2012;

CXIII. Lei nº 2828-A, de 23 de março de 2012;

CXIV. Lei nº 2844-A, de 20 de abril de 2012;

CXV. Lei nº 2846-A, de 20 de abril de 2012;

CXVI. Lei nº 2853-A, de 20 de abril de 2012;

CXVII. Lei nº 2866-A, de 04 de maio de 2012;

XVIII. Lei nº 3296-A, de 13 de março de 2015;

CXIX. Lei nº 3589-A, de 26 de maio de 2017;

CXX. Lei nº 459-A, de 10 de abril de 1997;

CXXI. Lei nº 460-A, de 10 de abril de 1997;

CXXII. Lei nº 461-A, de 10 de abril de 1997;

XXIII. Lei nº 462-A, de 10 de abril de 1997;

CXXIV. Lei nº 473-A, de 09 de maio de 1997;

CXXV. Lei nº 492-A, de 09 de junho de 1997;

XXVI. Lei nº 500-A, de 16 de junho de 1997;

CXVII. Lei nº 507-A, de 30 de junho de 1997;

XVIII. Lei nº 513-A, de 18 de agosto de 1997;

XXIX. Lei nº 638-A, de 21 de julho de 1998;

CXXX. Lei nº 726-A, de 23 de junho de 1999;

XXXI. Lei nº 727-A, de 23 de junho de 1999;

CXXII. Lei nº 728-A, de 23 de junho de 1999;

XXIII. Lei nº 729-A, de 23 de junho de 1999;

CXXIV. Lei nº 786-A, de 16 de dezembro de 1999;

CXXV. Lei nº 792-A, de 21 de dezembro de 1999;

XXVI. Lei nº 799-A, de 27 de dezembro de 1999;

XXVII. Lei nº 821-A, de 25 de abril de 2000;

XVIII. Lei nº 856-A, de 09 de junho de 2000;

XXIX. Lei nº 880-A, de 08 de agosto de 2000;

CXL. Lei nº 884-A, de 15 de agosto de 2000;

CXLI. Lei nº 926-A, de 14 de dezembro de 2000;

CXLII. Lei nº 1696-A, de 29 de março de 2006;

CXLIII. Lei nº 1699-A, de 29 de março de 2006;

CXLIV. Lei nº 1781-A, de 08 de novembro de 2006;

CXLV. Lei nº 1810-A, de 06 de dezembro de 2006;

CXLVI. Lei nº 1854-A, de 21 de março de 2007;

XLVII. Lei nº 1873-A, de 18 de maio de 2007;

XLVIII. Lei nº 1877-A, de 25 de maio de 2007;

CXLIX. Lei nº 2043-A, de 28 de novembro de 2008;

CL. Lei nº 2873-A, de 23 de maio de 2012;

CLI. Lei nº 2875-A, de 23 de maio de 2012;

CLII. Lei nº 2876-A, de 23 de maio de 2012;

CLIII. Lei nº 2877-A, de 23 de maio de 2012;

CLIV. Lei nº 2879-A, de 23 de maio de 2012;

CLV. Lei nº 2880-A, de 23 de maio de 2012;

CLVI. Lei nº 2891-A, de 15 de junho de 2012;

CLVII. Lei nº 2892-A, de 15 de junho de 2012;

CLVIII. Lei nº 2893-A, de 15 de junho de 2012;

CLIX. Lei nº 2902-A, de 27 de junho de 2012;

CLX. Lei nº 2903-A, de 27 de junho de 2012;

CLXI. Lei nº 2904-A, de 27 de junho de 2012;

CLXII. Lei nº 2919-A, de 20 de julho de 2012;

CLXIII. Lei nº 2922-A, de 20 de julho de 2012;

CLXIV. Lei nº 2923-A, de 20 de julho de 2012;

CLXV. Lei nº 2925-A, de 20 de julho de 2012;

CLXVI. Lei nº 2926-A, de 20 de julho de 2012;

CLXVII. Lei nº 2949-A, de 28 de setembro de 2012;

CLXVIII. Lei nº 2955-A, de 05 de outubro de 2012;

CLXIX. Lei nº 2963-A, de 07 de novembro de 2012;

CLXX. Lei nº 2964-A, de 07 de novembro de 2012;

CLXXI. Lei nº 2982-A, de 07 de dezembro de 2012;

CLXXII. Lei nº 2983-A, de 07 de dezembro de 2012;

CLXXIII. Lei nº 2984-A, de 07 de dezembro de 2012;

CLXXIV. Lei nº 2993-A, de 14 de dezembro de 2012;

CLXXV. Lei nº 2995-A, de 14 de dezembro de 2012;

CLXXVI. Lei nº 2996-A, de 14 de dezembro de 2012;

CLXXVII. Lei nº 3006-A, de 26 de dezembro de 2012;

CLXXVIII. Lei nº 3007-A, de 26 de dezembro de 2012;

CLXXIX. Lei nº 3010-A, de 26 de dezembro de 2012;

CLXXX. Lei nº 3011-A, de 26 de dezembro de 2012;

CLXXXI. Lei nº 3012-A, de 26 de dezembro de 2012;

CLXXXII. Lei nº 3027-A, de 19 de abril de 2013;

CLXXXIII. Lei nº 3028-A, de 19 de abril de 2013;

XXIV. Lei nº 3037-A, de 17 de maio de 2013;

XXXV. Lei nº 3040-A, de 07 de junho de 2013;

XXVI. Lei nº 3080-A, de 18 de setembro de 2013;

XXVII. Lei nº 3110-A, de 20 de novembro de 2013;

XVIII. Lei nº 3112-A, de 20 de novembro de 2013;

XXIX. Lei nº 3113-A, de 20 de novembro de 2013;

CXC. Lei nº 3114-A, de 20 de novembro de 2013;

CXCI. Lei nº 3115-A, de 22 de novembro de 2013;

CXCII. Lei nº 3116-A, de 22 de novembro de 2013;

CXCIII. Lei nº 3118-A, de 22 de novembro de 2013;

CXCIV. Lei nº 3120-A, de 27 de novembro de 2013;

CXCV. Lei nº 3121-A, de 27 de novembro de 2013;

XCVI. Lei nº 3130-A, de 29 de novembro de 2013;

XCVII. Lei nº 3233-A, de 29 de agosto de 2014;

CVIII. Lei nº 3236-A, de 03 de setembro de 2014;

XCIX. Lei nº 3240-A, de 03 de setembro de 2014;

CC. Lei nº 3241-A, de 03 de setembro de 2014;

CCI. Lei nº 3242-A, de 03 de setembro de 2014;

CCII. Lei nº 3251-A, de 19 de setembro de 2014;

CCIII. Lei nº 3257-A, de 1º de outubro de 2014;

CCIV. Lei nº 3295-A, de 13 de março de 2015;

CCV. Lei nº 3346-A, de 13 de julho de 2015;

CCVI. Lei nº 3430-A, de 18 de dezembro de 2015;

CCVII. Lei nº 3433-A, de 18 de dezembro de 2015;

CCVIII. Lei nº 3437-A, de 21 de dezembro de 2015;

CCIX. Lei nº 3475-A, de 29 de abril de 2016;

CCX. Lei nº 3483-A, de 06 de maio de 2016;

CCXI. Lei nº 3486-A, de 06 de maio de 2016;

CCXII. Lei nº 3520-A, de 05 de setembro de 2016;

CCXIII. Lei nº 3551-A, de 10 de março de 2017;

CCXIV. Lei nº 3567-A, de 07 de abril de 2017;

CCXV. Lei nº 3627-A, de 21 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

* * *

Documento assinado eletronicamente por **Kayo Felype Nachtajler Amado**, **Prefeito Municipal**, em 07/01/2025, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/baixadasantista/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0650733** e o código CRC **B77273A1**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE
Secretaria da Fazenda
Gabinete da Secretaria da Fazenda

DESPACHO

Nº do Processo: 3551009.401.00005314/2023-34

Interessado: Secretaria de Mobilidade Urbana

Assunto: Revogação de Leis sobre proibição de veículos

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Informo, nos termos da legislação vigente, em especial, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), que o projeto em análise não terá impacto orçamentário financeiro para o município de São Vicente, considerando que não altera ou cria nenhuma despesa de caráter continuado ou renúncia de receita com sua promulgação.

Por todo o exposto, conclui-se que o município não terá as metas afetadas pelo estudo em questão e tem autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para essa ação.

São Vicente, 13 de março de 2024.

ELISÂNGELA PEREIRA DOMINGUES
Secretária Municipal da Fazenda

Documento assinado eletronicamente por **Elisangela Pereira Domingues**, **Secretário Municipal**, em 13/03/2024, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/baixadasantista/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0159716** e o código CRC **51B392EE**.